



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 378/2019/GME-ME

Brasília, 24 de julho de 2019.

A Sua Excelência a Senhora  
Deputada SORAYA SANTOS  
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

**Assunto: Requerimento de Informação.**

Senhora Primeira-Secretária,

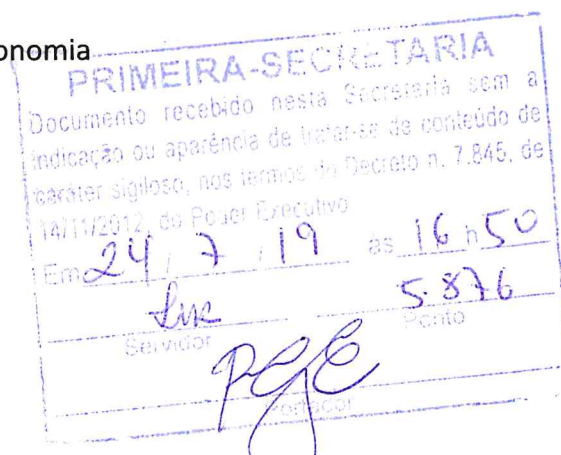
Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 589/19, de 25.06.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 717/2019, de autoria do Senhor Deputado José Ricardo, que solicita informações, em razão de matérias veiculadas nos meios de comunicação nacional, referentes à intenção do governo federal de implantar um novo projeto de desenvolvimento econômico para a região Amazônica, intitulado "Plano Dubai".

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, cópia do Despacho S/N, de 15 de julho de 2019, elaborado pela Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade.

Atenciosamente,

  
PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia





MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade

## DESPACHO

**Assunto: Requerimento de Informação Nº 717/2019**

À Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares,

Em atenção ao Depacho GME-CODEP (2618966), que encaminhou o **Requerimento de Informação Nº 717/2019**, do Deputado José Ricardo, solicitando informações sobre a intenção do governo federal de implantar um novo projeto de desenvolvimento econômico para a região Amazônica, intitulado "Plano Dubai", informamos que, até o presente momento, não há planejamento por parte desta SEPEC em aprofundar a temática no curto prazo.

Brasília, 15 de julho de 2019.

Documento assinado eletronicamente  
**CARLOS ALEXANDRE DA COSTA**  
Secretário Especial de Produtividade,  
Emprego e Competitividade



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Jorge da Costa, Secretário(a) Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade**, em 15/07/2019, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2764587** e o código CRC **FFA8A2FF**.